

A comunidade tradicional de Quartel do Indaiá: vivências e percepções no espaço rural de Diamantina/MG

André Tomé de Assis¹

Camila Ragonezi Gomes Lopes²

Guilherme Augusto Pereira Malta³

Tatiane Campos dos Santos⁴

Resumo: O presente artigo busca apresentar a relação estabelecida entre a comunidade quilombola de Quartel do Indaiá, Diamantina – MG, e o seu espaço vivido. Após uma introdutória conceituação teórica acerca do tema, intenta-se, brevemente, compreender a laço entre os moradores e o lugar. A experiência vivenciada *in loco* com a comunidade local permitiu apreender nuances de sua percepção com o seu local de moradia, permeado por aspectos simbólicos e intangíveis. Em virtude da histórica relação da região com o garimpo, verificou-se o profundo significado que essa atividade exerce, ainda hoje, em significativa parte dos moradores de Quartel. A análise, aqui realizada, busca, portanto, desvelar elementos do vínculo afetivo estabelecido entre a comunidade e seu espaço.

Palavras - chave: comunidade tradicional; quilombola; percepção; geografia cultural.

Abstract: This article seeks to present the relation between the quilombo community Barracks Indaiá, Diamantina - MG, and your living space. After an introductory theoretical conceptualization on the subject, if an attempt is briefly understand the bond between the people and the place. The experience lived on site with the local community allowed to grasp nuances of your perception with your place of residence, permeated by symbolic and intangible aspects. Given the historical relationship of the region with mining, it was the deep meaning that this activity exercises, even today, a significant part of the barracks dwellers. The analysis carried out here, seeks therefore to unveil elements of the affective bond established between the community and its space.

Keywords: traditional community; quilombo; perception; cultural geography.

Introdução

Esse artigo é o resultado de reflexões que foram proporcionadas a partir de leituras bibliográficas e através da participação de trabalho de campo⁵ realizado na Comunidade Quartel do

1 Doutor em geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: andretomeformiga@yahoo.com.br .

2 Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011) e mestrado em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015). E-mail: ief.camila@gmail.com .

3 Graduado em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, com mestrado em Geografia pelo IGC/UFMG (2011). Atualmente é doutorando em Geografia pelo IGC/UFMG. E-mail: guilherme.malta@gmail.com .

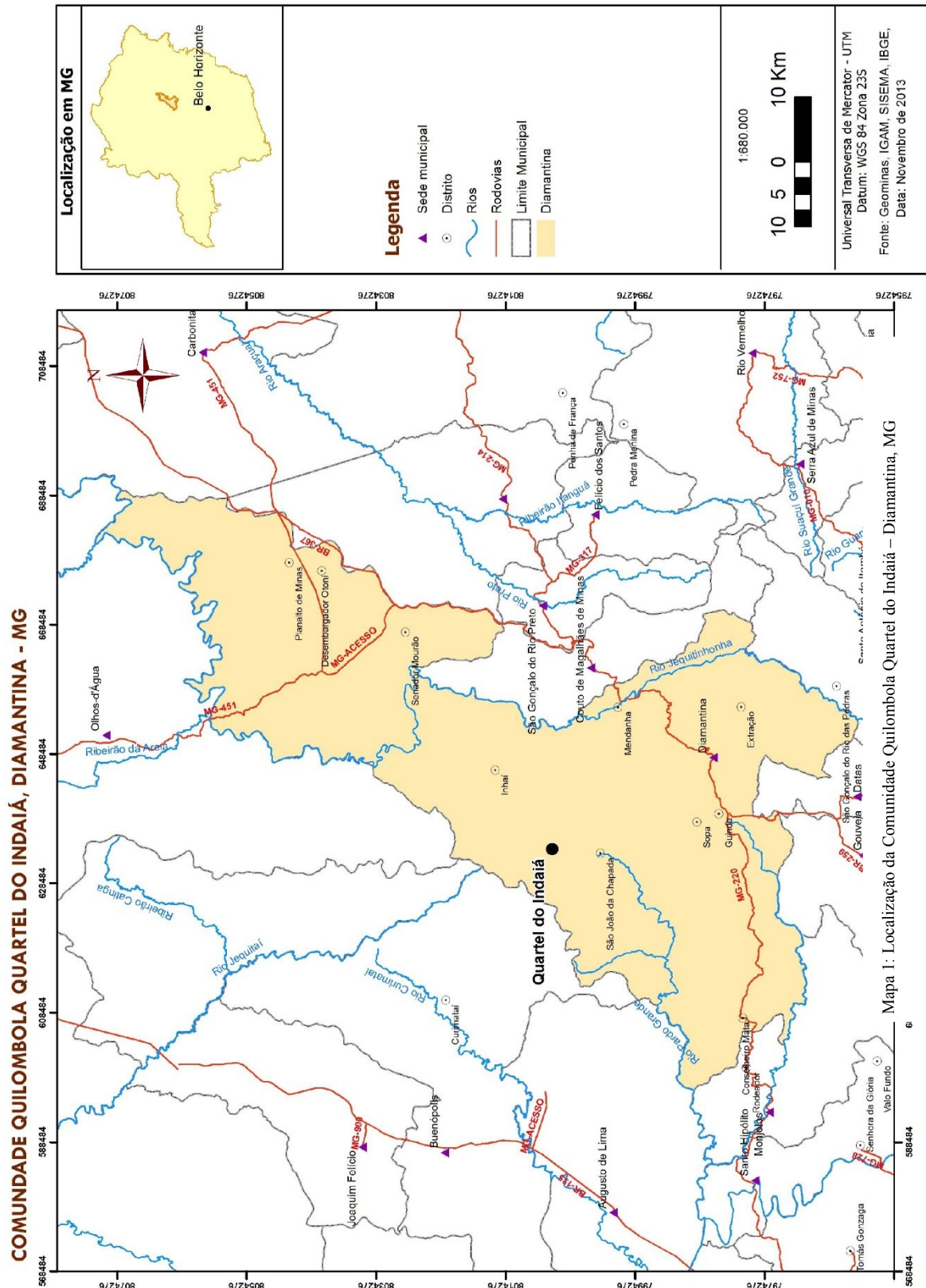
4 Geógrafa e Pedagoga, especialista em Gestão Ambiental, mestre em geografia. Atualmente é professora na SEEMG e atua como pesquisadora no Programa Ações Afirmativas na UFMG. E-mail: taticampos@yahoo.com.br .

5 O trabalho de campo foi realizado no período de 14 a 17 de novembro de 2013 no contexto da realização da disciplina “Desenvolvimento Recentes em Geografia Cultural e Etnografia” ofertada pelo Pós-

Indaiá. Utilizou-se como metodologia entrevistas semiestruturadas, caminhadas transversais, e o estabelecimento de um convívio com a comunidade quilombola de Quartel do Indaiá (Mapa 1) localizada no município de Diamantina, Minas Gerais. O objetivo geral deste artigo foi compreender a relação de pertencimento dos moradores de Quartel do Indaiá com seu espaço de vivência por meio do uso das percepções, sendo os objetivos específicos; identificar os moradores que possuem laços de pertencimento com o lugar, perceber o vínculo com a identidade quilombola e compreender o contexto como método para analisar as percepções dos moradores quanto ao vínculo com o lugar de moradia e com a identidade quilombola.

O trabalho de campo envolveu os autores deste artigo num trabalho multidisciplinar e transdisciplinar, num viés da Geografia Cultural e conta com diversas discussões realizadas na pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG.

Graduação em Geografia na Universidade Federal de Minas, e lecionada pelo professor Dr. José Antônio Souza de Deus. Os autores cursavam a disciplina pelo programa de pós-graduação em Geografia da UFMG. E-mails: andretomeformiga@yahoo.com.br, ief.camila@gmail.com, guilherme.malta@gmail.com, ttaticampos@yahoo.com.br.



O município de Diamantina, Minas Gerais, encontra-se situado na região do

Espinhaço Meridional, na porção centro-norte de Minas Gerais, região do Alto Jequitinhonha. Esse município apresenta aspectos naturais e históricos ímpares com grande destaque em âmbito estadual, nacional e internacional. Esta região é marcada por belas paisagens, compostas por tipos de rochas diversificadas, que resultou em modelo de relevo distinto, caracterizado pela presença de planaltos, serras, colinas, depressão, com destaque para a serra do Espinhaço. Em função da variação litológica, associada à compartimentação topográfica, a fitofisionomia da região de Diamantina apresenta-se também variada representando uma área de transição entre os biomas cerrado e a mata atlântica. Sob o aspecto histórico cultural a região guarda testemunhos de ocupação humana desde a pré-história, representados por vários registros arqueológicos. Essa região também se destacou no período colonial, apresentando vasta riqueza cultural expressa pelos casarões, minas de diamante e pelas mensuráveis famílias tradicionais que contam parte da história do Estado.

Em Diamantina, vários são os pontos turísticos que compõe o município, destacando a casa da Glória, o Mercado Municipal; a casa de Juscelino e de Chica da Silva, entre outros. A paisagem natural da serra do Espinhaço, o campo rupestre quartzítico e o Parque Estadual de Biribiri, são os grandes destaques naturais. O acesso ao município se dá, partindo de Belo Horizonte, pela BR-040, até Paraopebas, onde se toma a BR-135 até o trevo de Curvelo, seguindo a partir deste ponto pela BR 259 e 367. Segundo o IBGE (2013), Diamantina ocupa uma área de 3.891,659 km², com uma população de 45.880 habitantes.

Alvo deste estudo, a comunidade quilombola Quartel do Indaiá dista aproximadamente 10 km da sede do distrito de São João da Chapada, Diamantina. O acesso se dá pela BR 367, até o trevo de Guinda, seguindo por uma estrada não pavimentada, cujo acesso é dificultado em períodos chuvosos, até Sopa e São João da Chapada. O quilombo está inserido na micro bacia do Rio Caeté Mirim, afluente da margem esquerda do Rio Jequitinhonha, e está situado dentro da zona de influência do Parque Nacional das Sempre Vivas. Além de cerrado gramíneo lenhoso, nas áreas de maior declive são encontradas fitofisionomias do tipo Campo rupestre, onde afloram os quartzitos. O clima da região é tropical de altitude, alternadamente úmido e seco, com temperaturas médias anuais variando entre 19° e 27° C, e índice pluviométrico de até 1.500 mm anuais.

Os povoados de Quartel do Indaiá, no distrito de São João da Chapada, e Ausente e Baú, em Milho Verde, faziam parte da antiga Comarca do Serro-Frio, no século XVIII, que

contemplava o Distrito Diamantino, grande produtor de ouro e, principalmente, diamantes. No Quartel do Indaiá, originado na fronteira do Distrito Diamantino, funcionava um posto de fiscalização da Coroa Portuguesa contra o contrabando de diamante, que funcionou desde a década de 30 do século XVIII até o início do século XIX. O nome da comunidade está relacionado à antiga presença deste quartel, que era coberto por folhas da palmeira Indaiá (*Atallea dúbia*), (Prefeitura Municipal de Diamantina). A comunidade surge após a desativação deste posto, cujo rastro da escravidão permanece, seja pelas marcas da antiga construção, ou pelas aparições, segundo moradores locais, de escravos que foram mortos e torturados. (CEDEFES; NASCIMENTO, 2003).

No Quartel, a maioria das famílias vive com menos de um salário mínimo por mês e praticam, predominantemente, a agricultura para o autoconsumo, com plantio de hortas e roças, além da criação de galinhas e porcos. Quanto aos serviços básicos e infraestrutura, há 25 famílias, no total, residindo em casas, em sua maioria feitas de adobe, abastecidas por água não tratada proveniente de dois córregos que cortam o quilombo. Ainda de acordo com o CEDEFES (2003), não há rede de esgoto, e aproximadamente dez casas apresentam fossas rudimentares, sendo que em mais da metade não há banheiros. Apesar de estar incluído no Programa de Saúde da Família, percebe-se uma carência em relação a este serviço básico, já que não há atendimento médico e a visita é feita por um enfermeiro ou estagiário, como foi relatado. Quem precisa de atendimento tem que se deslocar para o posto de saúde em São João da Chapada, ou para o hospital, em Diamantina. Além do mais, nem todas as moradias possuem rede elétrica, e a comunidade não possui telefone ou transporte público, sendo que se locomovem, normalmente, a pé ou a cavalo. Outra questão que acaba por afastar os jovens do lugar de origem é que, para dar continuidade aos estudos, eles precisam sair da comunidade, pois existe apenas uma escola seriada, o que tem gerado uma perda gradativa de sua identidade. As opções mais próximas são São João da Chapada, onde há uma escola de ensino fundamental e médio, e Diamantina, para aqueles que pretendem cursar o ensino superior.

Outro conflito que emerge, não somente nas comunidades quilombolas, mas em muitas situadas em áreas rurais, são os conflitos relativos à incompatibilidade de atividades perante a presença de áreas protegidas. A atuação de órgãos ambientais se dá, normalmente, de forma impositiva, coibindo os hábitos e práticas do modo de vida tradicional, como extração de palha, lenha, frutos, remédios do mato, entre outros. Outro problema evidenciado é a grande incidência de alcoolismo, principalmente entre jovens e homens adultos (CEDEFES; NASCIMENTO, 2003).

1. Marco teórico

Fazendo uma análise dos fenômenos geográficos em uma abordagem cultural, entende-se o território como lugar do mundo-vivido (ROCHA; ALMEIDA, 2005, p. 1).

Usando-se das teorias de Tuan (1980) entende-se o lugar através de um viés da psicologia, onde o ser humano percebe seu espaço, como lugar único. Onde o lugar possui características próprias que se distingue de outros lugares, pelas experiências vividas de seus habitantes e de seus sentimentos em relação ao espaço em que habitam.

Portanto, entende-se que ao longo de sua história, os quilombolas tiveram uma relação com características próprias de lida com a terra, uma relação que está também relacionada ao sentimento particular de cada grupo.

Segundo a Fundação Cultural Palmares (2014), quilombolas são descendentes de escravos africanos que mantêm tradições culturais, de subsistência e de religiosidades ao longo dos séculos.

A Percepção dentro da Geografia se apresenta como um método fenomenológico. A fenomenologia valoriza o indivíduo e suas experiências vividas e adquiridas. O espaço seria um contexto experienciado que envolve aspectos do passado, presente e futuro. (CHRISTOFOLETTI, 1985). Portanto, a percepção é uma forma de entender as relações humanas com seu meio ambiente. Podemos usar a percepção para poder entender como as pessoas reagem às incertezas durante os eventos naturais. Com a percepção se pode entender como as pessoas se adaptam, percebem seu meio ambiente e as alterações que ali ocorrem. (TUAN, 1980). Assim a geografia humanística valoriza os lugares, suas questões naturais e a forma como o homem ali se faz presente.

Segundo Hochberg (1966), estudamos a percepção numa tentativa de explicar nossas observações de mundo que nos rodeia. A percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem onde cada indivíduo pode perceber, reagir e responder de forma diferente as ações sobre o ambiente em que vive. A categoria Lugar na Geografia orienta para este recorte que se faz observando os laços cotidianos que o indivíduo tem com seu espaço.

Segundo Holzer (1998), o lugar que já foi tido como apenas local passa a ser considerado um conceito importante a partir da década de 1980. Na geografia clássica o lugar era tido apenas no sentido locacional. Como a geografia tinha como uma das suas preocupações fazer mapas, o ponto local era fundamental. Mas nos últimos 50 anos com as necessidades crescentes que a geografia tenta analisar, que vão além de um positivismo, a categoria lugar valoriza a cultura de um determinado espaço. Segundo Okamoto (2002), a percepção ambiental na cultura ocidental traz uma visão do meio ambiente objetiva e racional; mas para a compreensão melhor de espaço é necessário também uma visão mais abstrata, que servem para guiar ações. O outro, o que vivência o meio ambiente traz respostas para a compreensão do mesmo. Um visitante pode ao olhar um lugar, não perceber algo importante.

A cultura e o meio ambiente do qual os seres humanos estão inseridos dão ênfase a qual sentido físico ele usou para descrever o seu meio. Todos os homens compartilham atitudes e perspectivas comuns, contudo a visão que cada pessoa tem do mundo é única e de nenhuma maneira é fútil (TUAN, 1980). Holzer (1998) cita Sauer (1983) para explicar que a geografia quando valoriza os lugares como espaços diferenciados, valoriza aspectos culturais, onde a paisagem natural é o meio e a paisagem cultural é o resultado. Segundo Corrêa (2005), a Geografia Cultural a partir da década de 1990 passa por um processo de expansão e a geografia brasileira que tem sua matriz na escola francesa, que priorizou estudos que relacionam cultura e estudos regionais, oferecer formas de entendimento das identidades regionais.

Segundo Amorin Filho (1999) a entrada do novo milênio é um período da história humana que testemunha a difusão de uma forma de se encarar e valorizar o ambiente em que vivemos. No meio acadêmico e intelectual em geral e nos mais diferentes organismos de pesquisa cujo objeto de pesquisa é a superfície terrestre, tem se valorizado a percepção, movimento que reconcilia geógrafos com as raízes mais profundas da própria geografia, abrindo caminhos para empreendimentos multidisciplinares. A partir da década de 60 há um resgate e uma nova valorização de se explorar lugares e paisagens sobre a terra. A geografia humanística possui raízes antigas e marcos fundamentais na pesquisa ambiental. A partir do séc. XIX algumas contribuições podem ser lembradas: A Escola Francesa Tradicional, as reflexões de Sauer (1925), as ideias de Wrigit (1947), as propostas de Kirk (1951), etc e por último e mais abrangente Yi-Fu Tuan, desde a década de 60 apresentando conceitos, como topofilia e topofobia. (AMORIN FILHO, 1999). Compreendendo a relação que a pessoa possui com seu meio ambiente, podemos compreender

também o seu elo de pertencimento ao lugar, como no conceito de “Topofilia”, o apego ao lugar ou a “topofobia”, a aversão ao lugar (TUAN, 1980).

É nesta perspectiva que podemos compreender e valorizar melhor os espaços que ocupamos. Segundo Ismerim (2005), o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas. As pesquisas sobre percepção do meio-ambiente fazem parte dos estudos das interações do homem com esse mesmo meio. A organização do meio ambiente pelo homem é realizada através das decisões, das escolhas, das atitudes, que por sua vez, estão na dependência da compreensão que os indivíduos ou que os grupos têm do mesmo. (FERREIRA, 2007). Assim a geografia humanística valoriza os lugares, suas questões naturais e a forma como o homem se faz presente.

O estudo da percepção é complexo, mas traz grandes explicações sobre a relação do homem com seu meio ambiente. Apesar de todos vivermos na mesma superfície, cada pessoa percebe o mundo segundo sua cultura. Como os seres humanos possuem órgãos naturais iguais, é possível que possamos enxergar o mundo, com algum esforço, pela forma que o outro vê. Entende-se assim que para compreender um lugar, os aspectos físicos são importantes, mas o homem inserido ali naquele espaço pode trazer formas de se compreender aquela realidade a partir da sua percepção. Ao que chamamos percepção, desse modo, está intrinsecamente ligada à vivência de cada indivíduo. Mas os indivíduos vivem em comunidades. Podemos pensar os lugares como as porções de mundo significativas relacionadas a espaços onde sujeitos constroem suas experiências, produziram espaço e fazem história, construindo suas representações de mundo. (TUAN, 1980).

Diante dessa relação o conceito de quilombo compreendido enquanto povos e comunidades tradicionais e o conceito de identidade étnica possibilita focalizarmos para as experiências vividas de tais sujeitos. Em relação ao conceito de quilombo, nota-se a partir de uma revisão de literatura referendada em Arruti (1997), Little (2002), Almeida (2002), Marques (2011), O’Dwyer (2007), Leite (2002) e Carvalho, Turatti, Schimitt (2002) que tal conceito foi ressemantizado ao longo da história brasileira, principalmente, pelos antropólogos. No período colonial, o conselho ultramarino de 1740 definiu quilombo como habitação de negros fugidos com mais de cinco pessoas (LEITE, 2002). Após a abolição em 1888 não fazia sentido a utilização do termo, visto que, acreditava-se na inexistência dessa forma de territorialização.

Com a constituição de 1988 foi promulgado o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que retomou a discussão sobre quilombos passados 100 anos. Segundo esse artigo é conferido “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988; LEITE, 2002). A partir desse artigo as populações remanescentes das comunidades de quilombos poderiam pleitear o direito a posse legal da terra. Porém, surgiu a discussão de como seriam os critérios acerca do processo de reconhecimento, e da titularização das terras. Visto que havia uma diversidade de formas de ocupação territorial envolvendo os afro-descendentes. Muitos estudiosos e o próprio movimento negro acreditavam que o termo remanescente de quilombo remetia a uma ideia de “resíduos arqueológicos”. Conforme Almeida (2002) tal termo contribuía para uma visão frigorificada, ou seja, associada ao passado.

Dessa maneira, as outras formas de aquisição da terra por parte dos afro-descendentes deveriam ser contempladas como: herança, doações, recebimento de terras do Estado como pagamento por serviços prestados, ou a simples permanência no interior das grandes propriedades (CARVALHO, TURATTIT, SCHIMITTI 2002). Assim, para que esses grupos pudessem pleitear o direito a regularização fundiária de suas terras, criou-se o decreto 4887 de 20 de novembro de 2003 que definiu quem são considerados pertencentes a comunidades de quilombos. Segundo esse decreto os quilombolas são “grupos étnico-raciais grupos étnico-raciais que segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com compreensão de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” (art. 2º do Decreto, 4.887, de 20/11/2003). A partir desse decreto notamos uma ampliação em torno do conceito de quilombo, fruto de estudos de pesquisadores e discussões com o movimento negro.

Esse movimento de ressemantização do conceito de quilombo se configurou para a reconstrução identitária dos sujeitos que partilham práticas de reprodução e manutenção dos modos de vida, da cultura de forma coletiva. Pode-se assim, compreender o acionamento da identidade étnica para abarcar a gama de manifestações que certo grupo específico reproduz. Entende-se como identidade étnica uma categoria importante para a ação social e a tendência de fazer derivar dele lealdade e direitos coletivos. Outro componente importante quando se aborda a etnicidade se refere à característica de auto-atribuição e do reconhecimento pelos outros como fator de definição de pertencimento a um certo grupo étnico. A identidade étnica se constrói na relação com os membros do seu grupo e com outros grupos étnicos. (MARKUS, 2006). Ainda nesse viés,

para Barth (1997) não é o pesquisador ou o antropólogo que deve estabelecer critérios para a afirmação da identidade étnica, mas o próprio grupo que os definirá.

Os povos quilombolas são considerados povos tradicionais⁶ conforme a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT sobre povos indígenas e tribais, promulgada pelo decreto N° 5.051, de 19 de Abril de 2004. A OIT reconhece como característica importante a autoidentificação que se pauta por fatores étnicos, e pelo advento das novas identidades coletivas. Dessa forma, os povos quilombolas partilham de muitas características e situações referidas na OIT, como ser povos que não puderam gozar dos direitos humanos fundamentais no mesmo grau que outros segmentos da sociedade brasileira.

2. Quartel do Indaiá: vivências e percepções no espaço rural

Levando-se em consideração as principais relações existentes entre os temas que embasam a presente discussão, espera-se nesse momento apresentar as características e o contexto específico do caso a ser analisado. Conforme apresentado preliminarmente, a comunidade quilombola Quartel do Indaiá, apesar do reconhecimento dado pela Fundação Palmares quanto a sua origem quilombola, ainda não apresenta, por parte dos seus moradores, uma conscientização mais ampla acerca dos desdobramentos de tal certificação. Ou seja, a população desconhece os direitos que possui no contexto político e que são reservados a ela em virtude de sua origem. Por outro lado, verificou-se que a comunidade local possui uma profunda identificação com o seu espaço vivido, indicando fortes laços de pertencimento com o lugar de moradia. Nesse sentido, diversas são as práticas e tradições que ainda remetem a cultura africana e que persistem no cotidiano da comunidade, como por exemplo: a chula, dança composta por violão, sanfona, pandeiro e caixa são tocados à medida que os versos são entoados em uma disputa, sendo utilizado nessas ocasiões palavras de origem banto⁷; e também o Iundum de pau – batuque de pau, com caixas batendo, violão, viola, cavaquinho, pandeiro, sanfona e cajados fazendo um recortado (CEDEFES; NASCIMENTO, 2003). Assim, as manifestações reproduzidas pelos moradores do Quartel do Indaiá são, como aponta Barth (1997), estruturas que compõem a identidade étnica desse grupo.

6 Os povos tradicionais são representados pelos indígenas, quilombolas ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, pomeranos, ciganos, geraizeiros, vazanteiros, piaçabeiros, pescadores artesanais, pantaneiros, afro-religiosos e demais sujeitos sociais emergentes, cuja a identidade coletiva se fundamentam em direitos territoriais e uma auto-consciência cultural. (Neto, 2007)

7 Os **bantos** (forma preferível a *bantus*) constituem um grupo etnolinguístico localizado principalmente na África subsaariana e que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes. A unidade desse grupo, contudo, aparece de maneira mais clara no âmbito linguístico, uma vez que essas centenas de subgrupos têm como língua materna uma língua da família banta. (SHILLINGTON, 2005)

Por meio dos diálogos com os moradores locais foi informado que existem poucas festas tradicionais oriundas da própria comunidade. As principais festas são realizadas em julho, em homenagem a Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora de Santana e São Vicente de Paula, evidenciando a forte presença do catolicismo entre a população local (Foto 1).

**Foto 1: Igreja da Comunidade quilombola
Quartel do Indaiá.**



Fonte: Autores, 2013

Segundo antiga moradora local, a comunidade possui uma relação afetiva com o local, ainda que muitos atualmente tenham deixado o distrito em busca de trabalho em outras localidades. Por inexistir na comunidade políticas de assistência ao trabalhador como o PRONAF (crédito rural) ou programas de transferência de renda como o Bolsa Família, do qual somente sete famílias participam, é comum que grande parte dos jovens se desloque para o distrito de São João da Chapada, para a área urbana de Diamantina ou para outras cidades (CEDEFES, NASCIMENTO, 2003). Com isso, e segundo os moradores locais, há uma gradativa perda da identidade dos jovens, que se afastam do lugar de origem para estudar ou trabalhar, em virtude da impossibilidade de geração de renda local e da falta de assistência médica. As famílias que ainda residem no local, não possuem tradição agrícola havendo, atualmente, apenas o cultivo de subsistência por meio de poucas hortas localizadas próximo de suas próprias casas. Nessas hortas cultivam-se, principalmente folhosos (couve, alface, cebolinha), café e árvores frutíferas (limão, laranja, banana) (Foto 2).



Foto 2: Horta

Fonte: Autores, 2013

A partir das práticas sociais, culturais e econômicas, realizadas no cotidiano dos moradores da comunidade quilombola de Quartel do Indaiá pode-se reconhecer o modo de vida desse grupo. Sendo assim, foi possível perceber que para os moradores que permanecem no local há um sentimento de pertença em relação àquele lugar.

As práticas locais envolvem o vínculo com a religião católica, a manifestação da dança “Chula”, bem como a maneira pela qual os moradores constroem as suas moradias. Na (foto 3) nota-se que o cômodo (cozinha) foi construído a partir de elementos presentes na própria comunidade.

Foto 3: Cozinha da casa



Fonte: Autores, 2013

Outro aspecto presente na realidade da comunidade são os saberes etnoambientais, ou seja, muitos moradores utilizam raízes, ervas e plantas da vegetação local para a confecção de remédios. Algumas delas são: *Postemeiro* (utilizada para inflamação e como antibiótico); *Carapiá* (utilizada para sinusite); *Gevon* (a raiz é utilizada para dor no peito, e a folha é utilizada para estancar sangramento). Portanto, e tendo em vista o conceito abarcado pela categoria lugar na Geografia,

fica claro os laços cotidianos que os habitantes de Quartel possuem com o seu espaço.

Outra prática que aponta para o modo de vida da comunidade é a presença de dois cursos de água, sendo os Córregos do Luiz Carlos e o Catemirim, utilizados pelos primeiros moradores do local para a mineração do diamante (Foto 4 e 5).

Foto 4: Córrego do Luiz Carlos



Fonte: Autores, 2013

Foto 5: Catemirim

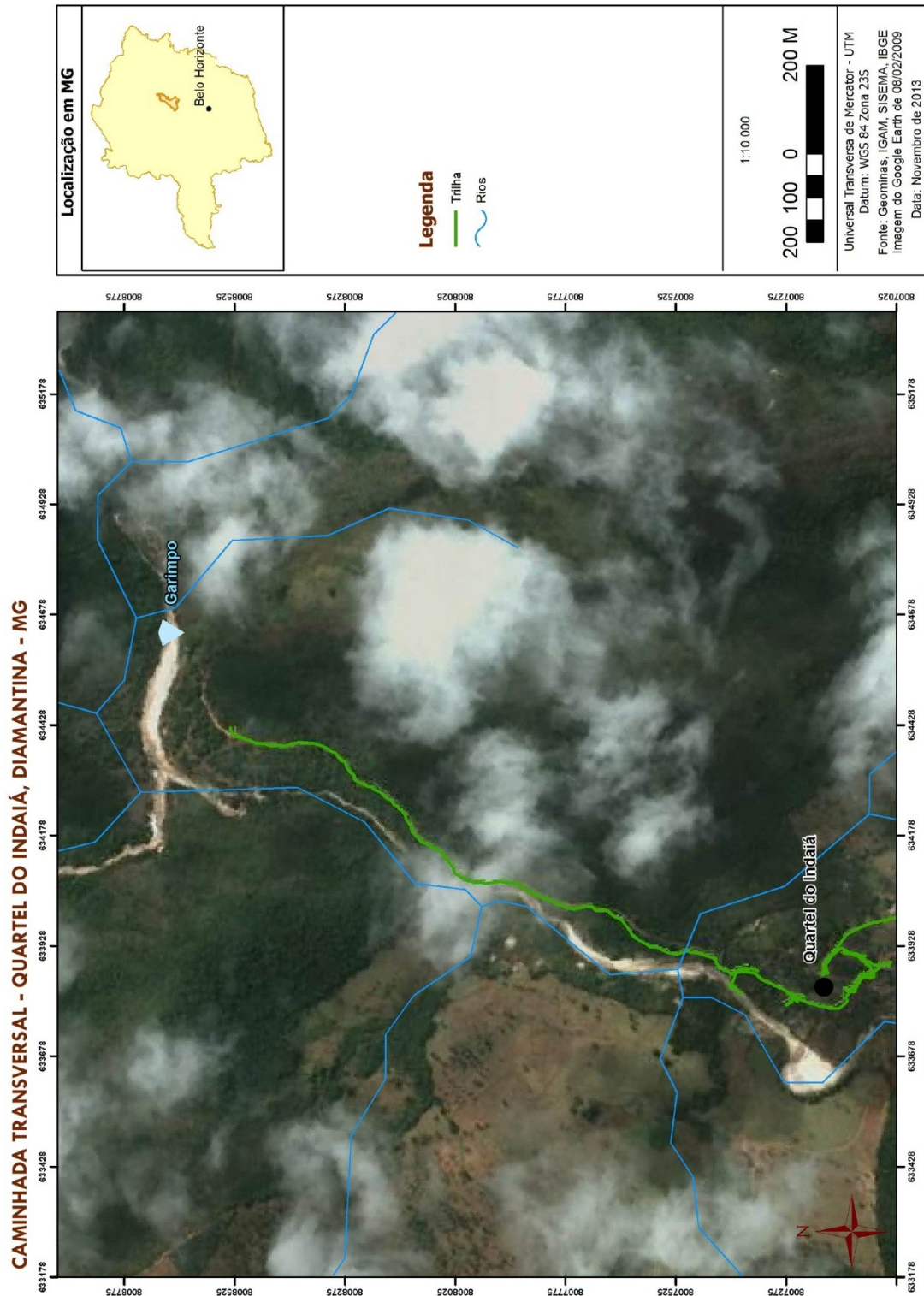


Fonte: 2013

Devido à intensa prática do garimpo, os cursos d'água apresentam contaminação por mercúrio, segundo as falas dos moradores, sendo assim, não há utilização dos mesmos para a vida social na comunidade. Outra questão que envolve os cursos d'água é o assoreamento, resultado, também da prática do garimpo. Tal prática, passado 3 séculos desde o início de sua exploração na região, ainda é presente naquela realidade desempenhando um importante papel no imaginário das pessoas do lugar. Por ser uma prática muito antiga na comunidade e por vários anos ter sido a principal fonte de renda daquelas pessoas, diversos moradores demonstram a expectativa em se favorecer com a extração atual do diamante. Por outro lado, existe uma preocupação, mesmo que inicial, acerca dos malefícios que essa exploração pode causar a natureza local.

A atividade do garimpo é realizada por alguns moradores de forma ainda bem tradicional, sendo executada manualmente, sem o uso de qualquer tecnologia moderna. Em regime de parcerias diversos moradores, tentam usar da atividade de garimpo, porém, sem muito sucesso. Em conversa com moradores que atuam nessa atividade, vários são os relatos de que já foram extraídos, no espaço da comunidade, diamantes de valor significativo. Mas, por atuarem em regime de parceria isso acaba limitando seu acesso ao lucro já que grande parte do valor é destinado ao dono da terra e não ao garimpeiro que o encontrou

Visando compreender ainda mais a relação da comunidade quilombola de Quartel com o espaço de moradia, foi realizada uma caminhada transversal (Mapa 2) com alguns moradores até uma antiga área de garimpo, muito utilizada pelos homens na extração do diamante.



Na ocasião, pôde-se comprovar a relação íntima daquelas pessoas com um local marcado por uma imbricada associação entre o simbólico e o material. O material por se tratar de um lugar que possui uma função econômica, já que o garimpo consiste na atividade econômica mais antiga

desenvolvida no entorno da comunidade e praticada há cerca de 300 anos. Logo, seu papel funcional destaca-se enquanto meio de subsistência daquela população, que ao longo da caminhada destacou, também, suas angústias em relação ao presente que nada se assemelha ao passado de riquezas cedido pelo minério. Atualmente a comunidade se vê cercada de grandes fazendeiros, e mesmo nas vias de acesso ao seu lugar, se sentem constrangidos ou ameaçados de circular por elas. Se sentem frustrados em virtude das riquezas do garimpo nunca terem se efetivado. A dimensão simbólica percebida e que permeia toda a relação entre o garimpo e a comunidade, encontra-se presente na intensa carga de sentimento dos moradores em relação a um local que representa não só uma função econômica, mas, também, uma possibilidade de ascender na vida, marcada pelo sonho (ainda presente) da descoberta de um diamante.

Um dos moradores mais antigos da região de Quartel o garimpeiro, Morador de 81 anos de idade, reside em uma região mais afastada do vilarejo que ainda preserva características rústicas em suas habitações. No local denominado de “sítios dos cristais” o garimpeiro Pedro, descendente de escravos que trabalhavam na extração de diamantes, na época do Império, é um dos últimos conhecedores dos *vissungos*, as cantigas em dialeto banguela, cantadas durante os rituais fúnebres da região, que eram muito comuns nos séculos XVIII e XIX. Em seu espaço vivido é possível perceber a fusão entre ficção e realidade, em uma percepção por parte do morador, que a todo o momento é permeada pelas lendas e tradições culturais locais. Um morador antigo da região traz consigo diversas histórias carregadas de poesia e significados metafísicos, que demonstram a profunda relação entre o meio vivido e as percepções daqueles que ali viveram. Os lugares que compõem a memória e a história contada por moradores de Quartel, como morador, consistem em porções dos espaços onde foram construídas as experiências desses sujeitos, conforme a visão de Tuan (1980), representações de mundo.

Considerações

O contexto no qual a comunidade Quartel do Indaiá vive, caracteriza-se pelo forte vínculo com o lugar de convivência, permanência de práticas transmitidas pelos ancestrais, como a língua “vissungu”, a celebração da “Chula” e outros conhecimentos práticos do território (ervas e remédios do mato, cultivo de hortas, locais propícios ao garimpo). Apesar dessa riqueza material e imaterial presente na região, nota-se dificuldade de permanência desses saberes entre as gerações. Constatou-se que ocorre uma grande evasão, principalmente, dos jovens e homens, em busca de

oportunidades para estudo e trabalho. Os jovens não demonstram interesse pelas práticas tradicionais, mesmo quando incentivados, tanto pelos mais velhos quanto por iniciativas de instituições externas. Também deve ser explicitado que as atuais legislações ambientais não permitem o uso tradicional e são proibições para tais práticas, como por exemplo: a exploração do minério; a extração de sempre-vivas; extração de lenha etc. Cabe ponderar, que atualmente existem grandes áreas em Diamantina transformadas em parques e áreas protegidas.

Percebeu-se que a comunidade Quartel do Indaiá apesar de ser certificada como comunidade remanescente de quilombo, não tem muito conhecimento acerca das implicações políticas desse título. Os moradores demonstraram através de sua história de vida fortes laços quilombolas, apesar de não compreenderem claramente o que o título proporcionaria para o resgate e o fortalecimento da (re)produção desse modo de vida tradicional.

Conclui-se que, assim como indicado por Barth (1997), que o processo de reconhecimento enquanto quilombola é independente do reconhecimento institucional. Uma vez que o processo histórico-social de formação da comunidade indica sua origem associada a uma identidade quilombola, a certificação deveria vir por meio de instituições acompanhada de benefícios que trouxessem o efetivo empoderamento. Conforme ressalta Tuan (1980), moradores possuem uma extrema capacidade de reconhecimento e valorização dos seus lugares de vivência. Portanto, os atores do Quartel do Indaiá não devem ser tratados como meros coadjuvantes e sim protagonistas das suas vivências quilombolas.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Alfredo W. B de. Quilombos e Novas Etnias. In O' Dwyer, Eliana C. (org) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2002, p. 83-108.
- AMORIN FILHO, O.B. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. In: del rio, Vicente, OLIVEIRA, Livia de. *Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira*. 2ª Edição. São Carlos, São Paulo: UFSCAR/ Studio Nobel, 1999, p. 139 – 152.
- ARRUTI, José Mauricio A.P. O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADT. In: *Texto para discussão: Projeto Egbé- Territórios negros (KOINONIA)*, 2003.
- BARTH, FREDRIK. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In. *Teorias da Etnicidade*. Philipe

Poutignat, Jocely Streiff- Ferrat, trad. Elcio Fernandes. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BRASIL. *Decreto n. 4887 de 20 de novembro.* Brasília (DF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> Acesso em: 25 de Nov.2013.

CHRITOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas da Geografia.* Difel: São Paulo, 1985. 378 p.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. A Geografia Cultural no Brasil. *Revista da ANPEGE*, Ponta Grossa. N.2, 2005, p. 97-102. Disponível em: <<http://www.anpege.org.br>>. Acesso em 25 nov.2013.

FERREIRA, Alessandra Borro Nascimento. *Percepção Ambiental dos Alunos do Ensino Fundamental sobre as queimadas da palha da Cana-de-Açúcar em Sertãozinho - SP.* 2007. 174p. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA, Araraquara, SP.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. 2014. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em 11, março, 2014.

HOCHBERG, E. Julian. *Percepção.* New Jersey, Estados Unidos da América: Prencite-Hall Inc, 1966. 179p.

HOLZER, Werther. *O lugar na geografia humanística.* Revista Território. Rio de Janeiro. ano IV. nº 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=312160>. Acesso em 22 de novembro de 2013.

LEITE, Ilka. Boaventura. *Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.* Revista Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 25 de Nov.2013.

LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade.* In: Série Antropologia. Brasília: UNB, 200

MARQUES, Carlos Eduardo. *Direitos Territoriais ou Territórios de Direitos? Reflexões etnográficas sobre direitos étnico-territoriais quilombolas.* XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: diversidade e (des)igualdades. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307419128_ARQUIVO_ARTIGOVERSAOMAIODireitosTerritoriaisouTerritoriosdeDireitos.pdf. Acesso em: 25 de Nov.2013.

Shiraishi Neto, Joaquim. *Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações,*

convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional org. Manaus: uea, 2007.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 268p. (introdução. p. 13-42). Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/ElianeOdwyer%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20Livro%20Quilombos.pdf>. Acesso em: 25 de Nov.2013

OKAMOTO, Juan. *Percepção ambiental e comportamento*. Mackenzie: São Paulo, 2002. 264 p.

ROCHA, Lurdes Bertol; ALMEIDA, Maria Geralda. Cultura, mundo-vivido e território. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO DO MEIO AMBIENTE. Londrina, PR: Departamento de Geociências – Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais. Universidade Estadual de Londrina, 2005. 13 p. Disponível em: <<http://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/lurdes.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

SCHMITT, Alessandra, TURATTI, Maria Célia Manzoli, CARVALHO, Maria Celina Pereira de. *A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. Ambiente & Sociedade, vol. V, núm.10, 2002, pp.1-8. Associação Nacional e Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade no Brasil. Disponível em: <http://estudioterritoriales.org/articulo.oa?id=31713416008>. Acesso em 25 de Nov.2013.

SHILLINGTON, K., *History of Africa*, 3rd ed. St. Martin's Press, New York, 2005

TUAN, Y.F. 1980. *Topofilia – Um estudo da percepção e valores do meio ambiente*. São Paulo, Difel, 288 p.

Recebido em 23/04/2016 – Aprovado em 10/12/2016